



Expresso, 17 de janeiro de 2015

ECONOMIA 05



Cem por Cento Nicolau Santos

nsantos@expresso.imprensa.pt

O crime foi adiado. Mas só por 10 dias

Perante a fortíssima pressão da CMVM, do presidente da mesa da assembleia geral e de várias opiniões ditas (Fernando Ulrich, presidente do BPI) ou publicada (com exceção do jornal da Ongoing), os acionistas da PT SGPS decidiram adiar por 10 dias a decisão sobre a venda da PT Portugal à Altice por parte da Oi. Trata-se de uma mascarada, só para dizer que não tomaram em consideração as posições de Carlos Tavares e de Menezes Cordeiro, que exigem que os acionistas tenham acesso aos pareceres jurídicos sobre a viabilidade e as consequências da anulação da fusão entre a Oi e a PT, perante o gritante incumprimento do acordo que visava a criação de um grande operador de telecomunicações em língua portuguesa.

Insisto: é uma mascarada e uma mascarada cirúrgica: se em vez de dez dias de adiamento, a assembleia geral da PT SGPS decorresse dentro de 21 dias, as decisões só seriam conhecidas depois da assembleia de obrigacionistas que a Oi vai realizar a 26 de janeiro e na qual vai pedir aos credores para flexibilizarem as condições de pagamento para assim sacudir a pressão sobre a sua complicada situação financeira, pois a sua dívida ascende a €15 mil milhões. Como é evidente, os obrigacionistas da Oi estarão muito mais disponíveis para aceitar a flexibilização dos prazos de pagamento se entretanto souberem que a venda da PT Portugal à Altice foi concretizada...

Este é um dos argumentos que esgrimem os que estão a favor da venda

da PT Portugal. Um argumento que devia envergonhar o presidente da PT SGPS, João Melo Franco, quando emitiu um comunicado a 7 de janeiro, em nome do conselho de administração, mostrando-se preocupadíssimo porque a Oi não tem "alternativas à alienação da PT Portugal que lhe permitam alcançar objetivos financeiros e estratégicos equivalentes" à venda — mesmo que esse não fosse, de todo, o objetivo da fusão. O outro argumento, empunhado por Rafael Mora, vice-presidente da Ongoing, é que é muito difícil reverter a fusão entre a PT e a Oi — e que se há pareceres a sustentar que isso faz todo o sentido (de Calvão da Silva e Eduardo Paz Ferreira), também há pareceres negativos (de juristas brasileiros, quase gritou Mora).

Mais do que perder uma grande empresa, com base num acordo rasgado, há muito que se perdeu a honra e a vergonha

Também não se sabe quem decide a posição do Novo Banco, maior acionista privado da PT SGPS (12,6%); se o conselho de administração se o Fundo de Resolução, seu único acionista. E não se sabe igualmente qual o sentido do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (2,28%). Em qualquer caso, a esperança de evitar este crime contra o país e contra a empresa e todos os que a construíram e nela trabalham é muito ténue — mesmo que esse crime assente numa violação clara do que tinha sido acordado entre as partes. Mas quando, para o Governo e para os acionistas portugueses, isso não faz qualquer diferença, estamos conversados: mais do que perder uma grande empresa, há muito que se perdeu a honra e a vergonha.

E NICOLAU SANTOS
ESCREVE NO EXPRESSO
DIÁRIO ÀS SEGUNDAS
E SEXTAS-FEIRAS

Como eu amei as raparigas lá de casa discretas fabricantes da penumbra guardavam o meu sono como se guardassem o meu sonho repetiam comigo as primeiras palavras como se repetissem os meus versos povoavam o silêncio da casa anulando o chão os pés as portas por onde saíam deixando sempre um rastro de hortelã traziam a manhã cada manhã o cheiro do pão fresco da humidade da terra do leite acabado de ordenhar

(se voltassem a passar todas juntas agora verieis como ficava no ar o odor doce e materno das manadas quando passam) aproximavam-se as raparigas lá de casa e eu escutava a inquieta maresia dos seus corpos umas vezes duros e frios como seixos outras vezes tépidos como o interior dos frutos no outono penteavam-me e as suas mãos

eram leves e frescas como as folhas na primavera

não me lembro da cor dos olhos quando olhava os olhos das raparigas lá de casa mas sei que era neles que se acendia o sol ou se agitava a superfície dos lagos do jardim com lagos a que me levavam de mãos dadas as raparigas lá de casa que tinham namorados e com eles traíam a nossa indefinível cumplicidade

eu perdoava sempre e ainda agora perdoou às raparigas lá de casa porque sabia e sei que apenas o faziam por ser esse o lado mau de sua inexplicável bondade o vício da virtude da sua imensa ternura da ternura inefável do meu primeiro amor do meu amor pelas raparigas lá de casa.

Emanuel Felix, "As raparigas lá de casa", 1936-2001



FOTO VARELA PÉCURTO

TERMINAL: EXPLIQUEM-SE!

A eventual construção de um terminal de contentores no Barreiro está a levantar uma saudável e democrática polémica, que exige explicações claras do poder político. E a questão é: Lisboa necessita mesmo de um terminal de contentores? E se sim, não há alternativas? O porto de Setúbal, que tem uma taxa de ocupação inferior a 30%, não serve com vantagens os mesmos objetivos? O investimento previsto para terminal do Barreiro e respetivas acessibilidades é de €750 milhões, mais €25 milhões anuais

relativos aos custos da dragagem do canal fluvial (€48 milhões anuais, segundo a Ordem dos Engenheiros e apenas 1,5 milhões de três em três anos para a Administração do Porto de Lisboa). O investimento no terminal de Setúbal e acessibilidades é de €32 milhões. Tem sentido a região Lisboa-Setúbal dispor de duas infraestruturas portuárias que servem o mesmo mercado e "hinterland"? Quem defende a construção do terminal do Barreiro vai ter de se explicar melhor para convencer os contribuintes portugueses.

ALGUÉM PERCEBE ISTO?

Portugal emitiu €2000 milhões de dívida a 30 anos, algo que não acontecia há nove anos. Os interessados são sobretudo investidores institucionais, que há três anos não compravam dívida portuguesa devido à sua péssima notação. Acontece que a dívida portuguesa continua a ser considerada lixo pelas agências de notação e Bruxelas duvida da execução orçamental em 2015. Mas os mercados estão agora tranquilos com a capacidade de Portugal pagar os seus compromissos. Valha-nos São Draghi para explicar isto.

A TAP NÃO VAI SER VENDIDA

Pararam as máquinas: o Governo não quer vender a TAP! A notícia, surpreendente, está confirmada depois de ser conhecido o caderno de encargos que terá de ser cumprido por quem estivesse interessado em comprar a transportadora. Com efeito, para um governo que tem privatizado empresas atrás de empresas sem impor nenhuma condição e aceitando tudo o que os novos donos têm feito sem um pio (aumento de tarifas, transferência de centros de decisão, etc), é extraordinário que agora exija que

não haja despedimentos na TAP, que se proteja, para além do limite legal (!), os acordos de empresa, que haja mecanismos de salvaguarda às antiguidades, carreiras profissionais e responsabilidades com pensões e seguros de saúde e vida, que seja limitado o recurso ao 'outsourcing' e ao trabalho externo, etc, etc. Na prática, o pai quer casar a noiva, mas engessada: o noivo praticamente não lhe pode tocar. Depois deste caderno de encargos, estou muito mais descansado: a TAP não vai ser privatizada. Não por este Governo.